

UNIGUAÇU – UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUAÇU LTDA.
FACULDADE UNIGUAÇU
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL
Seminário de monografia II

TAINAR LEMES SPERFELD

**ACESSIBILIDADE PARA PACIENTES SURDOS NOS SERVIÇOS DE
SAÚDE**

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU
2025

TAINAR LEMES SPERFELD

ACESSIBILIDADE PARA PACIENTES SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Terapia Ocupacional da
Faculdade UNIGUAÇU.

Orientador: Professor Mestre Natan Reis Azarias

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

TERMO DE APROVAÇÃO

TAINAR LEMES SPERFELD

ACESSIBILIDADE PARA PACIENTES SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Trabalho de Conclusão de Curso em Terapia Ocupacional apresentado, sob a orientação do professor Mestre Natan Reis Azarias, aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Terapia Ocupacional da Faculdade UNIGUAÇU, pela seguinte banca examinadora:

Professor (a) Orientador(a)
Faculdade UNIGUAÇU

Professor (a) (Membro da comissão de avaliação)
Faculdade UNIGUAÇU

Professor (a) (Membro da comissão de avaliação)
Faculdade UNIGUAÇU

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 06 DE NOVEMBRO DE 2025

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a acessibilidade para surdos nos serviços de saúde, com foco na comunicação e na qualidade do atendimento. O estudo foi relevante devido à importância de garantir que os surdos tivessem acesso igualitário aos serviços de saúde, sem enfrentarem barreiras que comprometessem sua saúde e bem-estar. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário com surdos que frequentavam a escola AMESFi, com o objetivo de coletar dados sobre suas experiências e percepções sobre a acessibilidade nos serviços de saúde. Os resultados evidenciaram que a totalidade dos participantes já enfrentou dificuldades de comunicação com profissionais de saúde e que a presença de profissionais capacitados em Libras é praticamente inexistente. Verificou-se ainda a ausência de estruturas acessíveis nas instituições de saúde, a dependência de familiares para intermediar a comunicação e uma percepção generalizada de insatisfação quanto à acessibilidade. A discussão apontou que esses achados estão em consonância com pesquisas nacionais que identificam barreiras semelhantes, como a falta de preparo profissional, ausência de intérpretes e de recursos de apoio, esses fatores comprometem a autonomia e a segurança do paciente surdo.

Palavras-chave: Inclusão, Direitos humanos, Comunicação, Vulnerabilidade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze accessibility for deaf individuals in healthcare services, focusing on communication and quality of care. The study was relevant due to the importance of ensuring that deaf individuals have equal access to healthcare services, without facing barriers that compromise their health and well-being. The research was conducted through a questionnaire with deaf individuals attending the AMESFi school, aiming to collect data on their experiences and perceptions regarding accessibility in healthcare services. The results showed that all participants had faced difficulties communicating with healthcare professionals and that the presence of professionals trained in Libras is practically nonexistent. Furthermore, the lack of accessible structures in healthcare institutions, the reliance on family members to mediate communication, and a widespread perception of dissatisfaction with accessibility were observed. The discussion indicated that these findings are consistent with national research that identifies similar barriers, such as lack of professional training, lack of interpreters, and lack of support resources, all of which compromise the autonomy and safety of deaf patients.

Keywords: Inclusion, Human rights, Communication, Vulnerability.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	8
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	10
4 CONCLUSÃO.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
APÊNDICES.....	20

LISTAS DE ABREVIATURAS

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
OMS - Organização Mundial de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

ACESSIBILIDADE PARA SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: COMUNICAÇÃO E QUALIDADE DO ATENDIMENTO

Tainar Lemes Sperfeld¹; Natan Reis Azarias²;

¹ Acadêmica do Curso De Terapia Ocupacional Da Faculdade UNIGUAÇU.

² Professor de Libras da Faculdade UNIGUAÇU.

INTRODUÇÃO

O número de pessoas surdas, no Brasil, passa dos dez milhões, de acordo com o IBGE (2022). Mesmo com a lei que determina o uso da Libras, Língua Brasileira de Sinais, essas pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades para acessar serviços básicos do dia a dia, fornecidos por empresas, órgãos e entidades. Isso inclui desde simples ações, como realizar uma compra ou solicitar um serviço, até situações mais complexas, como acessar a saúde ou a educação (Agência Brasil, 2022).

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2025), a percepção auditiva desempenha um papel fundamental na interação do indivíduo com o ambiente, permitindo a detecção de estímulos sonoros e a compreensão da linguagem oral. Além disso, a deficiência auditiva é caracterizada pela redução ou perda da capacidade de perceber sons, podendo ter origem genética ou ser adquirida ao longo da vida (Minas Gerais, 2025).

A inclusão social das pessoas surdas é um desafio que requer a preparação de profissionais, especialmente na área da saúde. O aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é essencial para superar as barreiras de comunicação. É necessário que os profissionais da saúde e as faculdades se preparem para atender às necessidades da comunidade surda, garantindo o direito à saúde e ao respeito às suas diferenças e valores (Chaveiro et al., 2010).

A falta de infraestrutura acessível e a discriminação são barreiras comuns que impedem essas pessoas de exercerem seus direitos e participarem plenamente da sociedade. Além disso, a falta de conscientização e educação sobre a deficiência contribui para a perpetuação dessas barreiras.

Para superar esses desafios, é fundamental implementar políticas públicas eficazes que promovem a inclusão e a acessibilidade, incluindo programas de educação e treinamentos para profissionais, adaptação de espaços físicos, e promoção de oportunidades de emprego e educação para promover uma sociedade mais inclusiva (Silva et al., 2020).

A comunicação eficaz é fundamental na assistência à saúde, especialmente para esses indivíduos, que enfrentaram barreiras de comunicação. No entanto, a formação desses profissionais muitas vezes não aborda adequadamente a comunicação com pessoas com deficiência auditiva. Isso resulta em assistência precária, pois os profissionais de saúde não estão preparados para reconhecer e interpretar mensagens não-verbais e implícitas, o que é especialmente importante para pessoas surdas (Barbosa et al., 2003).

A excelência em saúde depende fundamentalmente do recurso essencial que é a Comunicação. Se não for utilizada de maneira efetiva e eficiente, há o risco de que a consulta apresente falhas, imprecisões ou erros.

No caso específico da comunicação entre pacientes e profissionais de saúde, o governo brasileiro já tomou a iniciativa de criar leis sobre o assunto, sancionando a Lei Nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto 5.626/2005. Neste Decreto, está estabelecido que a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) deve atender às necessidades das pessoas surdas ou com deficiência auditiva, além de apoiar a formação e capacitação dos profissionais para o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2000).

Com base nisso, este estudo teve como objetivo coletar informações atualizadas sobre a acessibilidade nos serviços de saúde para pacientes surdos e destacar, com base nos resultados, a necessidade de melhorar o acesso para esses pacientes.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado na AMESFI – Associação Medianeira Surdos Fissur, localizada em Medianeira, Paraná, município com população de 57.120 habitantes, sendo 2.494 surdos, segundo dados do IBGE (2024). Fundada em 1995, a AMESFI atuou como centro de referência no atendimento à comunidade surda da região,

oferecendo serviços em Educação Bilíngue, Saúde Auditiva, Protetização Auditiva e apoio em dificuldades de aprendizagem relacionadas ao Transtorno do Processamento Auditivo Central, além de lutar pelo acesso a políticas públicas e garantia de direitos. A população do estudo foi composta por pessoas surdas, de ambos os sexos, que frequentavam regularmente a AMESFI, com idade superior a 18 anos. O recorte etário buscou garantir a participação de adultos autônomos e maduros, aptos a contribuir de maneira significativa com a pesquisa.

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, utilizando questionários com perguntas fechadas e objetivas para coletar dados dos participantes. Esse tipo de pesquisa foi adequado para investigar questões que exigiam quantificação e análise da prevalência de determinadas características em uma população, além de demonstrar sensibilidade às questões sociais (Pereira et al., 2016).

Para compor a amostra, foram considerados 22 indivíduos, resultando em 19 participantes efetivos, com erro amostral de 5% e nível de confiança de 90%. Os critérios de inclusão estabeleceram que os participantes fossem surdos, maiores de 18 anos, frequentadores regulares da AMESFI, com experiência recente em serviços de saúde e capazes de se comunicar em Libras ou português escrito. Já os critérios de exclusão envolveram pessoas que não se enquadrassem nesses requisitos, incluindo menores de idade, não frequentadores da instituição ou indivíduos que apresentassem dificuldade significativa de comunicação.

Embora não houvesse benefícios diretos garantidos aos participantes, a pesquisa pode contribuir indiretamente para a melhoria da acessibilidade e da comunicação entre profissionais de saúde e pessoas surdas, servindo como base para futuras ações de inclusão nesses serviços. Os participantes da pesquisa puderam ainda sentir-se socialmente valorizados por compartilharem suas experiências.

Quanto aos riscos, estes foram mínimos, relacionados principalmente a possíveis desconfortos emocionais durante o relato de experiências negativas ou à confidencialidade das informações. Para minimizar tais riscos, os questionários foram aplicados individualmente, sem pressão quanto ao tempo, e os participantes

tiveram liberdade para desistir a qualquer momento. Os dados coletados foram e serão armazenados de forma segura por cinco anos e posteriormente descartados eticamente, conforme Resolução CNS nº 466/2012.

O instrumento de coleta foi um questionário estruturado (Apêndice A), composto por 11 perguntas fechadas e objetivas, elaborado para avaliar a acessibilidade de pessoas surdas nos serviços de saúde. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, assegurando que todos os procedimentos estivessem em conformidade com os princípios éticos que regem estudos envolvendo seres humanos. Antes da aplicação, os participantes foram informados sobre os objetivos, procedimentos e direitos, com o apoio de um professor qualificado em Libras ou português escrito. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), que garantiu a transparência da pesquisa. Não houve compensação financeira pela participação, que foi voluntária e pôde ser interrompida a qualquer momento. Os dados foram coletados de forma confidencial e sigilosa, utilizados exclusivamente para fins científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com 22 alunos do período noturno da instituição AMESFI, localizada no município de Medianeira – PR. Em relação à faixa etária, os participantes estavam entre 31 e 45 anos (55%), seguida por 27% entre 46 e 60 anos, 14% entre 18 e 30 anos e apenas 5% com 60 anos ou mais. Quanto ao gênero, houve equilíbrio entre homens (50%) e mulheres (50%). No estado civil, prevaleceram os casados (55%), seguidos pelos solteiros (41%) e pelos divorciados (5%). No aspecto da escolaridade, mais da metade possuía Ensino Médio (55%), enquanto 23% tinham Ensino Fundamental incompleto, 18% Ensino Superior e 5% Ensino Fundamental completo.

Esse perfil evidenciava um público adulto jovem, equilibrado em gênero e com predominância de escolaridade em nível médio. A partir desse cenário, tornou-se possível compreender melhor a percepção dos entrevistados frente às barreiras de comunicação nos serviços de saúde. Fatores como idade, formação escolar e situação conjugal podem influenciar diretamente na forma como o indivíduo percebe e enfrenta os desafios comunicacionais. De acordo com Yamada et al. (2025), variáveis demográficas como idade e nível de escolaridade estão associadas a

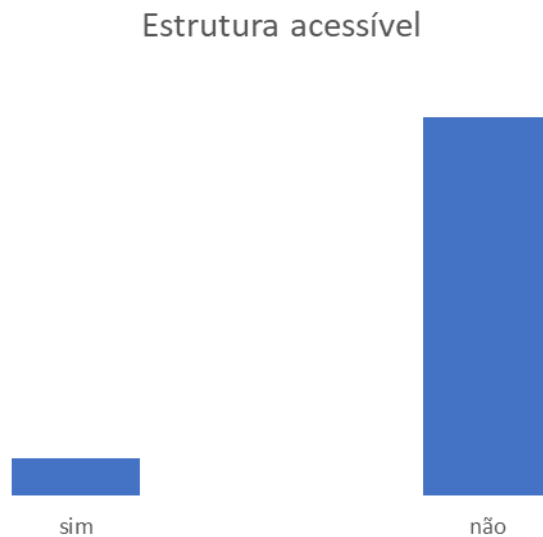
diferentes níveis de dificuldade de comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, faixas etárias mais jovens ou intermediárias tendem a relatar com mais facilidade obstáculos comunicacionais, especialmente em contextos de atendimento à saúde. Assim, o levantamento sociodemográfico auxilia na contextualização da amostra e permite maior entendimento sobre como as variáveis sociais impactam a experiência dos surdos na busca por atendimento em saúde.

Porém, independentemente do nível de escolaridade ou da faixa etária, a ausência de estratégias adequadas de comunicação no ambiente de saúde gera situações de desconforto, insegurança e até mesmo abandono do tratamento. Esse achado é consistente com os resultados de Pires e Almeida (2016), que identificaram a falta de preparo dos profissionais de saúde para atender a comunidade surda como uma barreira frequente. Tal constatação reforça que, mesmo em diferentes contextos e localidades, o despreparo profissional permanece como um dos principais entraves para a inclusão plena dessa população.

Apenas 5% dos entrevistados afirmaram ter tido contato com profissionais que dominam a Libras, enquanto 95% disseram nunca ter vivenciado essa experiência. Esse dado reforça os achados de Vitorino et al. (2024), que apontam a ausência de capacitação em Libras entre profissionais de saúde compromete diretamente o direito à informação e à autonomia da pessoa surda. É possível então compreender que a falta de profissionais qualificados cria um ciclo de exclusão, no qual a população surda é constantemente submetida a barreiras comunicacionais que dificultam não apenas o diagnóstico, mas também a adesão ao tratamento e a continuidade do acompanhamento clínico.

No que se refere à presença de estruturas e equipamentos acessíveis em hospitais e clínicas, os dados da pesquisa apontam uma realidade preocupante, apenas 9% dos participantes relataram encontrar algum recurso adaptado, enquanto a ampla maioria (91%) afirmou não ter acesso a esse tipo de suporte (gráfico 1).

Gráfico 1 – Estruturas acessíveis em hospitais e clínicas mediante questionário aplicado durante a pesquisa sobre Acessibilidade Para Pacientes Surdos Nos Serviços De Saúde na instituição AMESFI no município Medianeira-PR no ano de 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

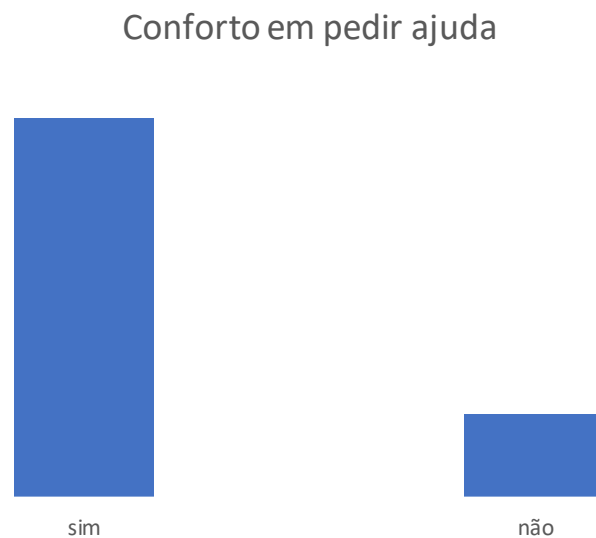
Esse dado demonstra uma carência significativa de acessibilidade estrutural nos serviços de saúde. A ausência de espaços adequados, de materiais informativos acessíveis e de tecnologias de apoio, como sistemas visuais de chamada ou profissionais intérpretes disponíveis, refletem a falta de preparo institucional para garantir um atendimento de qualidade. Condessa et al. (2020) ressaltam que a falta de infraestrutura acessível nas unidades básicas de saúde constitui um dos principais fatores que dificultam a inclusão, sendo necessário maior investimento em recursos e adaptações.

Essa comparação reforça a ideia de que o problema não é restrito a uma única instituição, mas sim uma realidade observada em diferentes localidades. Assim, os dados obtidos neste estudo mostram que a comunidade surda continua enfrentando um cenário de invisibilidade estrutural, o que compromete a equidade no acesso e no cuidado em saúde.

Já em relação a questão que avaliou se os participantes se sentem confortáveis em pedir ajuda ou esclarecimentos sobre seus cuidados de saúde a

maioria (82%) respondeu que sim, enquanto 18% afirmaram que não (gráfico 2). Embora o resultado demonstre que a maior parte dos entrevistados possui uma postura ativa em buscar apoio, isso não garante que a comunicação estabelecida seja efetiva. Muitas vezes, a sensação de conforto pode estar relacionada mais a fatores pessoais de resiliência e adaptação do que à existência de condições favoráveis no atendimento.

Gráfico 2 – Conforto em pedir ajuda ou esclarecimentos mediante questionário aplicado durante a pesquisa sobre Acessibilidade Para Pacientes Surdos Nos Serviços De Saúde na instituição AMESFI no município Medianeira-PR no ano de 2025.



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

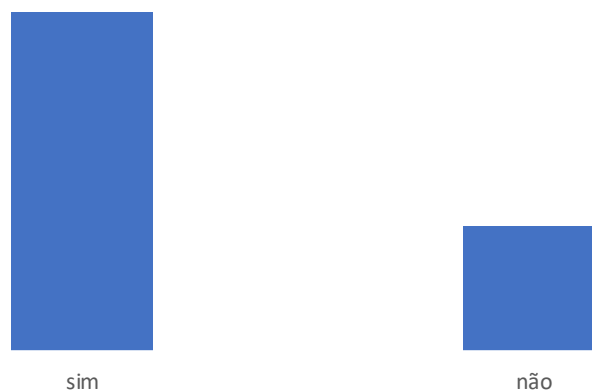
Segundo Coelho e Leite (2022), muitos surdos recorrem a estratégias pessoais de adaptação, mas ainda enfrentam barreiras relacionadas à compreensão de termos técnicos e à ausência de atendimento em Libras. Esse dado sugere que, embora a busca por ajuda seja uma iniciativa positiva, a ausência de profissionais capacitados e de recursos de acessibilidade pode transformar o ato de pedir auxílio em um processo frustrante. Portanto, compreender a diferença entre sentir-se confortável para buscar apoio e efetivamente receber atendimento acessível é fundamental para avaliar a real qualidade dos serviços de saúde.

Os dados da pesquisa mostraram que 73% dos participantes já enfrentaram dificuldades para compreender orientações ou prescrições médicas em razão da

barreira linguística, enquanto 27% afirmaram não ter passado por esse tipo de problema (Gráfico 3). Esse resultado evidencia que a falta de comunicação adequada entre profissionais de saúde e pessoas surdas pode comprometer diretamente a segurança do paciente e a adesão ao tratamento.

Gráfico 3 – Problemas em compreender orientações médicas mediante questionário aplicado durante a pesquisa sobre Acessibilidade Para Pacientes Surdos Nos Serviços De Saúde na instituição AMESFI no município Medianeira-PR no ano de 2025.

Problemas para entender as orientações ou prescrições médicas



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Isso revela um impacto direto na segurança do paciente, já que a má compreensão de orientações médicas pode resultar em falhas no tratamento, uso incorreto de medicamentos e, conseqüentemente, riscos à saúde. Santos e Portes (2019) observaram que a falta de comunicação clara compromete a adesão ao tratamento e a compreensão de prescrições médicas, confirmando os resultados encontrados nesta pesquisa.

Isso reforça que, para além da presença física do paciente nos serviços de saúde, é imprescindível garantir meios eficazes de comunicação que assegurem a compreensão integral das orientações médicas. Dessa forma, a análise desta questão evidencia a urgência em implementar recursos linguísticos e profissionais especializados para evitar falhas que podem colocar em risco a vida do paciente surdo (Tian et al. 2024).

Os resultados também evidenciaram um forte padrão de dependência de ajuda de terceiros, já que todos os participantes (100%) relataram precisar do auxílio de familiares ou amigos para se comunicar com profissionais de saúde. Essa condição compromete tanto a autonomia quanto a privacidade do paciente surdo, uma vez que informações pessoais e confidenciais acabam sendo mediadas por terceiros. Coelho e Leite (2022) destacam que essa situação é recorrente e configura uma violação indireta do princípio da confidencialidade em saúde. A ausência de intérpretes e de profissionais capacitados, portanto, não apenas cria barreiras comunicacionais, mas expõe o paciente surdo a situações de maior vulnerabilidade (Lopez et al 2020).

Em relação à satisfação com a acessibilidade, apenas 18% dos entrevistados relataram estar satisfeitos, enquanto a grande maioria (82%) manifestou insatisfação. Esse resultado revela que, mesmo diante de esforços pontuais, prevalece uma percepção generalizada de exclusão. Rodrigues et al. (2023) reforçam essa constatação ao destacar que a visão da comunidade surda sobre os serviços de saúde permanece predominantemente negativa. Portanto, os resultados dessas duas questões reforçam que a falta de recursos adequados, aliada à ausência de medidas efetivas de inclusão, perpetua a desigualdade no acesso aos serviços de saúde. Essa realidade mantém a comunidade surda em uma condição de vulnerabilidade e invisibilidade social, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à formação profissional, à presença de intérpretes e à criação de ambientes acessíveis que garantam a equidade no atendimento em saúde (Felix 2024).

CONCLUSÃO

A análise dos dados evidenciou que as barreiras de comunicação permanecem como entraves significativos no acesso da comunidade surda aos serviços de saúde. A ausência de profissionais capacitados em Libras, a carência de estruturas acessíveis, a dependência de familiares e a insatisfação generalizada com os serviços reforçam a urgência de estratégias que garantam a inclusão e a equidade no atendimento em saúde.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas à formação de profissionais, à disponibilização de intérpretes e à adequação da infraestrutura são fundamentais para assegurar o direito ao cuidado digno e acessível. Além disso, é importante reconhecer que a inclusão da comunidade surda na saúde vai além da eliminação de barreiras físicas ou linguísticas: trata-se de assegurar o respeito à diversidade, à autonomia e ao protagonismo desses indivíduos no cuidado de sua própria saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. EBC. **Brasil tem mais de 10 milhões de pessoas surdas, segundo o IBGE**. Rádio Agência Nacional, 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2022-07/brasil-tem-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-surdas-segundo-o-ibge>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

AMESFI – ASSOCIAÇÃO MEDIANEIRA SURDOS FISSUR. Site institucional da AMESFI, 2025. Disponível em: <<https://www.amesfi.org.br>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BARBOSA, M. A.; OLIVEIRA, M. A.; SIQUEIRA, K. M.; et al. **Língua Brasileira de Sinais: um desafio para a assistência de enfermagem**. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 11, p. 247-251, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/189329a4-8d90-4112-a7d6-fcff3b241631/content>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.098, de 19 de dez. de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Rio de Janeiro, v. 64, p. 1-6, dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 06 mar. 2025.

CHAVEIRO, N.; PORTO, C. C.; MACHADO, A. L.; et al. **Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde**. Revista Cogitare Enfermagem, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 639-645, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648973007.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2025.

CONDESSA, A. M. et al. **Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200074/pt>>. Acesso em: 21 set. 2025.

FELIX, Cleuma Aparecida Barbosa Gonçalves. **O papel do intérprete de libras na trajetória acadêmica de discentes surdos/as na Universidade Federal do Cariri: avaliação do impacto na acessibilidade e na realização educacional na visão do/da surdo/a**. 2024. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79565>>. Acesso em 13 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Medianeira. Paraná: IBGE, 2024**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/medianeira.html>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LOPEZ, M. H. et al. **Barreiras de Acessibilidade Enfrentadas por Pessoas Surdas no Setor de Serviços: Uma Revisão Integrativa da Literatura**. Saber

Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti, v. 10, n. 17, p. 165–191, 2020. DOI: 10.18815/sh.2020v10n17.456. Disponível em: <<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/456>>. Acesso em: 13 out. 2025.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Saúde auditiva**. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/saudeauditiva>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial da Saúde: Como ser amigável para pessoas com perda auditiva**. OMS, 2024. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/how-to-be-hearing-loss-friendly>>. Acesso em: 06 mar. 2025.

PEREIRA, G.; ORTIGÃO, M. I. R. **Pesquisa quantitativa em educação: algumas considerações**. Revista Periferia, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 66-79, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5521/552157170005/552157170005.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PIRES, H. F.; ALMEIDA, M. **A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde**. Revista Enfermagem Contemporânea, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://journals.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/912>>. Acesso em: 21 set. 2025.

RODRIGUES, G. S. et al. **A acessibilidade das pessoas surdas no Sistema Único de Saúde ainda é precária devido às barreiras de comunicação**. Reciis, v. 17, n. 2, 2023. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3518>>. Acesso em: 21 set. 2025.

SANTOS, K. M.; PORTES, J. R. **Percepção de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 27, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/161712>>. Acesso em: 21 set. 2025.

SILVA, R. M.; ALMEIDA, D. R.; COSTA, J. F.; et al. **Inclusão de pessoas com deficiência no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista de Educação em Saúde, São Paulo, v. 8, n. 2, e03221, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/jWkbsrPtGBnkwZ6njsDPkjz>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

TIAN, Cindy Yue et al. **Experiência e satisfação do paciente com a tomada de decisão compartilhada: um estudo transversal entre pacientes ambulatoriais**. Educação e Aconselhamento ao Paciente, v. 129, p. 108410, 2024. Disponível em: <<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/456>>. Acesso em: 13 out. 2025.

VITORINO, J. A. et al. **Influência da Língua Brasileira de Sinais na qualidade do atendimento na atenção primária em saúde**. Revista Delos, v. 17, n. 1, 2024.

Disponível em: <<https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/2806>>. Acesso em: 21 set. 2025.

COELHO, M. A. S.; LEITE, M. C. A. **Dificuldades da comunidade surda no atendimento em serviços de atenção básica: uma revisão narrativa**. Revista Interfaces, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <<https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1006>>. Acesso em: 21 set. 2025.

YAMADA, Y.; SATO, Y.; MATSUNAGA, H.; et al. **Dificuldades de comunicação entre pessoas com deficiência auditiva durante a pandemia de COVID-19 e seus fatores associados: um estudo transversal utilizando uma pesquisa nacional no Japão**. BMC Saúde Pública, Londres, v. 25, n. 151, p. 1-12, 2025. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC11908009/>>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZUCOLLOTTO, M. P. D.; RUIZ, L. R.; PINHEIRO, N. **Reflexões sobre linguagem, sociedade e surdez**. Revista Uniabeu, v. 12, p. 134–147, 2019. Disponível em: <<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/88546477/268396085-libre.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2025.



APÊNDICES

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Título da pesquisa: ACESSIBILIDADE PARA PACIENTES SURDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE.

Pesquisador responsável (ORIENTADOR): NATAN REIS AZARIAS Pesquisadores assistentes (ALUNOS): TAINAR LEMES SPERFELD

1. Idade: 18 - 30 31 - 45 46 - 60 60+

2. Gênero: Feminino Masculino Prefiro não responder

3. Estado civil: Casado(a) Solteiro(a) Viúvo(a) Divorciado(a)

4. Nível de escolaridade: Ensino Fundamental: Incompleto Completo

Ensino Médio: Incompleto Completo

Ensino Superior: Incompleto Completo

5. Você já teve dificuldade em se comunicar com profissionais de saúde devido à barreira linguística? Sim Não

6. Os profissionais de saúde com quem você se comunicou sabiam LIBRAS?

Sim Não

7. Os hospitais e clínicas que você frequentou têm estruturas e equipamentos acessíveis para pessoas surdas?

Sim Não



8. Você se sente confortável em pedir ajuda ou esclarecimentos sobre seus cuidados de saúde?

Sim Não

9. Você já teve problemas para entender as orientações ou prescrições médicas devido à barreira linguística?

Sim Não

10. Como Você já precisou de ajuda de um familiar ou amigo para se comunicar com profissionais de saúde?

Sim Não

11. Você se sente satisfeito com a acessibilidade em saúde que você recebeu até agora? Sim Não

APÊNDICE B – TCLE
Centro Universitário Campo Real
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPE
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **Acessibilidade Para Pacientes Surdos Nos Serviços De Saúde**, sob a responsabilidade de Natan Reis Azarias, com a participação do(s) acadêmico(s) Tainar Lemes Sperfeld, que irá investigar como os serviços de saúde atendem às necessidades dos pacientes surdos e identificar barreiras ou desafios que eles enfrentam ao acessar esses serviços. A pesquisa é importante pois a acessibilidade é um direito fundamental, e garantir que os pacientes surdos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde é crucial para promover a saúde e o bem-estar dessa população.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP/CAMPO REAL

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Campo Real

Número do parecer: 7.814.777

Data da relatoria: 03/09/2025

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Para você ser incluído nesta pesquisa, você precisa ter mais de 18 anos de idade, ser surdo e frequentar regularmente a Associação de Surdos de Medianeira (AMESFI). Além disso, deve ter vivenciado alguma experiência recente com serviços de saúde, tendo utilizado esses serviços nos últimos 6 meses. É fundamental que consiga se comunicar em Libras (Língua Brasileira de Sinais) ou português escrito. E também deverá assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de iniciar a participação no estudo. Caso apresente alguns dos critérios a seguir, não poderá participar da pesquisa: menor de 18 anos, não frequente a escola AMESFI, não é surdo, que não tenha alguma experiência recente com serviços de saúde e que demonstrem dificuldade significativa de comunicação em Libras ou português escrito. Ao participar desta pesquisa você receberá um questionário com 11 perguntas objetivas fechadas para responder. Antes de começarmos, um professor da AMESFI que é qualificado em comunicação em Libras ou português escrito vai lhe explicar tudo sobre a pesquisa, como vai funcionar e por que sua participação é importante.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o questionário sem nenhum



prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: O(s) procedimento(s) utilizado(s), responder o questionário poderá(ão) trazer algum desconforto como: desconforto emocional. O tipo de procedimento apresenta um risco mínimo de tensão emocional e ansiedade ao compartilhar suas experiências desfavoráveis com os serviços de saúde que será reduzido pela opção de responder o questionário em seu próprio tempo. Se você precisar de algum tratamento, orientação, encaminhamento, indenização, etc, por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, o pesquisador se responsabiliza por prestar assistência integral, imediata e gratuita.

3. BENEFÍCIOS: Sua participação não garante benefícios diretos e imediatos. No entanto, ao contribuir com suas respostas, você estará ajudando na produção de conhecimentos que podem futuramente apoiar ações e políticas de saúde voltadas para tornar os serviços mais acessíveis à comunidade surda. Acredita-se que os dados obtidos possam colaborar indiretamente com a melhoria da comunicação e acessibilidade nos serviços de saúde. Além disso, participar pode gerar um sentimento de contribuição social ao compartilhar suas experiências.

4. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer ou que sejam conseguidas por questionários serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais, ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos questionários, nem quando os resultados forem apresentados. Os dados da pesquisa, incluindo os questionários preenchidos, serão armazenados de forma segura, sob responsabilidade do pesquisador principal, por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, conforme determina a Resolução CNS nº 466/2012. Após esse período, os dados serão descartados de maneira segura e ética.

5. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Natan Reis Azarias

Endereço: Avenida General Meira, Nº 1688, Apartamento 305. Foz do Iguaçu - Pr

Telefone para contato: 45 99973-4568

Horário de atendimento: Das 12:00hrs às 17:00hrs

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.



7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em **duas vias**, sendo que uma via ficará com você.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, inscrito(a) no CPF _____ declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo em duas vias de igual teor.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante / Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador
Natan Reis Azarias

Assinatura do Acadêmico
Tainar Lemes Sperfeld

CEP - Campo Real

Endereço: Rua Comendador Norberto, 1299
Santa Cruz / CEP: 85015240 – Guarapuava – PR.
Telefone para contato: (42) 3621-5200 ramal 197
Horário de atendimento: 8h às 12h e 18h às 22h
E-mail: etica@camporeal.edu.br

CONEP

Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D -
Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP:
70719-040, Brasília - DF
Telefone para contato: (61) 3315-5877
E-mail: conep@saude.gov.br



